



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO PROPP Nº. 01, DE 23 DE SETEMBRO DE 2019
Alterações no Edital PROPP nº. 26, de 16 de setembro de 2019

Seleção de candidatos para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em **Educação** em **nível de mestrado com até 26 (vinte e seis) vagas** e ingresso no **PRIMEIRO SEMESTRE LETIVO DE 2020** e em **nível de doutorado com até 12 (doze) vagas e ingresso no SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2020**, sendo que 20% (4 vagas) são reservadas no sistema de cotas para candidatos Pretos, Pardos, Indígenas e Pessoas com Deficiência.

O Pró-Reitor de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (em exercício) da Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, Prof. Dr. Tomaz Esposito Neto, no uso de suas atribuições legais, na forma da Portaria/RTR nº. 953, de 3 de setembro de 2019, e considerando as disposições do art. 51, inciso II, e do art. 53, caput e parágrafo 1º. do Estatuto da UFGD, **RESOLVE:**

I - **RETIFICAR** o Edital PROPP nº. 26/2019, nos seguintes termos:

a) **ONDE CONSTOU:**

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Giselle Cristina Martins Real

1 – Políticas de Expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil: regulação, qualidade e inovação em questão

Resumo: Esta pesquisa tem como tema a qualidade e inovação na oferta da educação a distância (EaD), com foco na região Centro-Oeste, ampliando o campo de estudo que agora compreende além das instituições federais de educação superior, institutos federais e universidades privadas confessionais e sem fins lucrativos. Seu objetivo geral é analisar as concepções, dimensões e mecanismos de qualidade e inovação presentes na oferta e expansão da educação a distância, considerando suas mudanças de trajetória, regulamentação, presença e estratégias de atuação de atores que atuam e lidam com a modalidade. A pesquisa terá abordagem qualitativa de coleta de dados, do tipo bibliográfica, documental, de estudos de casos múltiplos de natureza empírica para comparação das percepções de diversos atores envolvidos com a EaD e possível retrato desse processo na região Centro-Oeste com vistas a elaborar um Referencial de Qualidade para oferta da EaD inovadora. A coleta e análise de dados privilegiará três fases: (i) levantamento bibliográfico e documental acerca da EaD e suas relações com a qualidade e inovação; (ii) levantamento dos dados em cada instituição participante e representante dos estados que compõem a região Centro-Oeste; (iii) compreensão e articulação dos dados e resultados das percepções sobre qualidade, inovação e EaD, ancoradas pelos referenciais teóricos construídos. Os resultados dessa pesquisa permitirão construir referencial teórico de subsídio nas questões que envolvem EaD, qualidade e inovação, além de compreender e articular os dados e resultados dos casos analisados, o que proporcionará a construção de um mapeamento de concepções de diversos atores sobre as temáticas envolvidas na região Centro-Oeste, além de finalizar com a construção de um Referencial de Qualidade para oferta da EaD inovadora na Região Centro-Oeste.



Palavras-chave: Política educacional. Educação a distância. Educação superior.

2 – Trajetórias desde o global ao local em políticas da avaliação educacional na América Latina: um estudo internacional em rede

Resumo: A presente proposta objetiva mapear e analisar as trajetórias entre o global e local e usos das políticas de avaliação da qualidade da educação realizadas no Brasil, Chile, Colômbia e México, relacionando os objetivos, metodologias e concepções que fundamentam as propostas. Em específico pretendemos apreender como os países em questão relacionam avaliação externa e qualidade da educação; Compreender como o conceito de avaliação e qualidade da educação se apresenta nos documentos produzidos pelos OM, e são incorporados nas escolas e documentos nacionais (Brasil, Chile, Colômbia e México); Destacar os Organismos Multilaterais com maior influência sobre a política de avaliação de Brasil, Chile, Colômbia e México e suas relações com as recomendações contidas nos documentos nacionais. Pretende-se desenvolver esta pesquisa tomando como perspectiva analítica o ciclo de políticas de Bowe, Ball e Gold. A pesquisa se realizará a partir do envolvimento de grupos de pesquisa de 7 universidades (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS; Universidade Federal da Grande Dourados/UGD; Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul/UEMS; Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste; Universidade do Chile/Uchile – Chile; Universidade Distrital Francisco José de Caldas/UDistrictal - Colômbia e Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social/CIESAS – México) e é resultado da constituição de uma rede de investigadores em avaliação educativa na América Latina. A “Red Latinoamericana de Investigación en Evaluación” (RELIEVA), criada em 2016, na cidade de Santiago no Chile.

Palavras-chave: Política educacional. Avaliação educacional. Qualidade da educação.

Maria Alice de Miranda Aranda

Monitoramento dos Planos Municipais de Educação (PMES) do estado de Mato Grosso do Sul (MS)

Resumo: O presente Projeto de Pesquisa tem como objetivo analisar o monitoramento e acompanhamento da implementação dos Planos Municipais de Educação (PMEs) do estado de Mato Grosso do Sul (MS). O monitoramento dos PMEs configura-se na legislação como importante papel dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs), dos Fóruns de Educação e de Comissões nacionais e locais formadas pelos Municípios com vistas a acompanhar a implementação e a promoção do controle social desses Planos. Considerando isso, a proposta desta pesquisa adere continuidade de pesquisas desenvolvida entre 2015 e 2017, em Rede, envolvendo quatro Universidades públicas brasileiras, coordenada pela Universidade Federal de Uberlândia-MG, que teve como temática o CME no Brasil e a qualidade socialmente referenciada do ensino. Pautada nos temas da política educacional municipal e da gestão educacional e escolar, a investigação em proposição congrega pesquisadores da Linha de pesquisa 'Políticas e Gestão da Educação' do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD/ Grupo de Pesquisa 'Estado, Política e Gestão da Educação' (GEPGE) e a ela serão vinculados planos de pesquisa de bolsistas de iniciação científica, mestrandos e doutorandos, selecionados nos anos de vigência. Pretende disponibilizar conhecimentos sobre a questão investigada à comunidade acadêmica sul-mato-grossense e brasileira, aos gestores educacionais dos municípios do MS e a instituições sul-mato-grossenses de pesquisa e de formação de profissionais da educação.



Palavras-chave: Política e gestão Educacional . Monitoramento educacional. Plano Municipal de Educação.

Implementação e controle social dos PMEs: a atuação dos CMEs no Brasil

Resumo: O objetivo geral do Projeto de Pesquisa é analisar e problematizar de que forma e em que medida a atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) tem contribuído para a implementação e o controle social dos PMEs. E como objetivos específicos: (metas a serem desenvolvidas): compreender a constituição organizacional e estrutural dos conselhos; conhecer os PMEs: seus processos de elaboração e a participação da sociedade; analisar o processo de aprovação dos PMEs, as possíveis tensões e os embates; identificar as principais metas/ações definidas nos PMEs e suas implicações para a qualidade política e social da educação municipal; identificar as principais metas/ações definidas nos PMEs e suas implicações para a construção da Gestão Escolar Democrática; explicitar as ações dos CMEs e das Comissões de Assessoramento (CAs) quanto à implementação de metas de diretrizes do PME; evidenciar a relação dos CMEs e PMEs com movimentos da sociedade civil organizada, movimentos populares e ONGs; e analisar as formas de acompanhamento da implementação do PME mediante monitoramento e controle social. A problemática desta pesquisa situa-se no contexto da elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) no Brasil e a sua implementação, a partir de um ano, da promulgação da Lei n.º13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação. Segundo a referida Lei, os municípios, assim como Estados e o Distrito Federal, deverão avaliar e monitorar a implementação dos PMEs. O cumprimento desta tarefa é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. Configura-se o papel dos CMEs na implementação e na promoção do controle social dos PMEs como sendo de caráter fundamental, como instrumentos da gestão democrática da educação a legitimação de políticas educacionais sob o viés da qualidade socialmente referenciada de educação.

Palavras-chave: Política e gestão Educacional. Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação.

Andréia Vicencia Vitor Alves

A Gestão Educacional nos Sistemas Municipais de Ensino sul- mato-grossenses

Resumo: Este projeto busca investigar a gestão educacional nos sistemas de ensino sul-mato-grossenses. Para tanto, tem como objetivo geral compreender como os sistemas de ensino sul-matogrossenses vêm organizando e normatizando a sua gestão educacional após 1996. Tem como objetivos específicos: Apreender a gestão educacional na literatura educacional; Apresentar a gestão educacional no Plano Municipal de Ensino dos municípios sul-mato-grossenses e sua relação com o Plano Nacional de Educação; Analisar a gestão e o direito à educação nas instituições de educação infantil e do ensino fundamental; Compreender o papel do Conselho Municipal de Educação como mecanismos de gestão educação nos sistemas municipais de ensino; Apreender a participação do Conselho Municipal de Educação no planejamento educacional do município.

Palavras-chave: Educação básica. Política educacional. Gestão educacional.



2 - Implementação e controle social dos PME: a atuação dos CMEs no Brasil

Resumo: O objetivo geral do Projeto de Pesquisa é analisar e problematizar de que forma e em que medida a atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) tem contribuído para a implementação e o controle social dos PME. E como objetivos específicos: (metas a serem desenvolvidas): compreender a constituição organizacional e estrutural dos conselhos; conhecer os PME: seus processos de elaboração e a participação da sociedade; analisar o processo de aprovação dos PME, as possíveis tensões e os embates; identificar as principais metas/ações definidas nos PME e suas implicações para a qualidade política e social da educação municipal; identificar as principais metas/ações definidas nos PME e suas implicações para a construção da Gestão Escolar Democrática; explicitar as ações dos CMEs e das Comissões de Assessoramento (CAs) quanto à implementação de metas de diretrizes do PME; evidenciar a relação dos CMEs e PME com movimentos da sociedade civil organizada, movimentos populares e ONGs; e analisar as formas de acompanhamento da implementação do PME mediante monitoramento e controle social. A problemática desta pesquisa situa-se no contexto da elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) no Brasil e a sua implementação, a partir de um ano, da promulgação da Lei n.º13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação. Segundo a referida Lei, os municípios, assim como Estados e o Distrito Federal, deverão avaliar e monitorar a implementação dos PME. O cumprimento desta tarefa é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. Configura-se o papel dos CMEs na implementação e na promoção do controle social dos PME como sendo de caráter fundamental, como instrumentos da gestão democrática da educação a legitimação de políticas educacionais sob o viés da qualidade socialmente referenciada de educação.

Palavras-chave: Política e gestão Educacional. Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação.

b) PASSE A CONSTAR:

LINHA DE PESQUISA: POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

Giselle Cristina Martins Real

1 – Políticas de Expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil: regulação, qualidade e inovação em questão

Resumo: Esta pesquisa tem como tema a qualidade e inovação na oferta da educação a distância (EaD), com foco na região Centro-Oeste, ampliando o campo de estudo que agora compreende além das instituições federais de educação superior, institutos federais e universidades privadas confessionais e sem fins lucrativos. Seu objetivo geral é analisar as concepções, dimensões e mecanismos de qualidade e inovação presentes na oferta e expansão da educação a distância, considerando suas mudanças de trajetória, regulamentação, presença e estratégias de atuação de atores que atuam e lidam com a modalidade. A pesquisa terá abordagem qualitativa de coleta de dados, do tipo bibliográfica, documental, de estudos de casos múltiplos de natureza empírica para comparação das percepções de diversos atores envolvidos com a EaD e possível retrato desse processo na região Centro-Oeste com vistas a elaborar um Referencial de Qualidade para oferta da EaD inovadora. A coleta e análise de dados privilegiará três



fases: (i) levantamento bibliográfico e documental acerca da EaD e suas relações com a qualidade e inovação; (ii) levantamento dos dados em cada instituição participante e representante dos estados que compõem a região Centro-Oeste; (iii) compreensão e articulação dos dados e resultados das percepções sobre qualidade, inovação e EaD, ancoradas pelos referenciais teóricos construídos. Os resultados dessa pesquisa permitirão construir referencial teórico de subsídio nas questões que envolvem EaD, qualidade e inovação, além de compreender e articular os dados e resultados dos casos analisados, o que proporcionará a construção de um mapeamento de concepções de diversos atores sobre as temáticas envolvidas na região Centro-Oeste, além de finalizar com a construção de um Referencial de Qualidade para oferta da EaD inovadora na Região Centro-Oeste.

Palavras-chave: Política educacional. Educação a distância. Educação superior.

2 – Trajetórias desde o global ao local em políticas da avaliação educacional na América Latina: um estudo internacional em rede

Resumo: A presente proposta objetiva mapear e analisar as trajetórias entre o global e local e usos das políticas de avaliação da qualidade da educação realizadas no Brasil, Chile, Colômbia e México, relacionando os objetivos, metodologias e concepções que fundamentam as propostas. Em específico pretendemos apreender como os países em questão relacionam avaliação externa e qualidade da educação; Compreender como o conceito de avaliação e qualidade da educação se apresenta nos documentos produzidos pelos OM, e são incorporados nas escolas e documentos nacionais (Brasil, Chile, Colômbia e México); Destacar os Organismos Multilaterais com maior influência sobre a política de avaliação de Brasil, Chile, Colômbia e México e suas relações com as recomendações contidas nos documentos nacionais. Pretende-se desenvolver esta pesquisa tomando como perspectiva analítica o ciclo de políticas de Bove, Ball e Gold. A pesquisa se realizará a partir do envolvimento de grupos de pesquisa de 7 universidades (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS; Universidade Federal da Grande Dourados/UGD; Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul/UEMS; Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Unioeste; Universidade do Chile/Uchile – Chile; Universidade Distrital Francisco José de Caldas/UDistrital - Colômbia e Centro de Investigações e Estudos Superiores em Antropologia Social/CIESAS – México) e é resultado da constituição de uma rede de investigadores em avaliação educativa na América Latina. A “Red Latinoamericana de Investigación en Evaluación” (RELIEVA), criada em 2016, na cidade de Santiago no Chile.

Palavras-chave: Política educacional. Avaliação educacional. Qualidade da educação.

Maria Alice de Miranda Aranda

1 - Monitoramento dos Planos Municipais de Educação (PMES) do estado de Mato Grosso do Sul (MS)

Resumo: O presente Projeto de Pesquisa tem como objetivo analisar o monitoramento e acompanhamento da implementação dos Planos Municipais de Educação (PMES) do estado de Mato Grosso do Sul (MS). O monitoramento dos PMES configura-se na legislação como importante papel dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs), dos Fóruns de Educação e de Comissões nacionais e locais formadas pelos Municípios com vistas a acompanhar a implementação e a promoção do controle social desses Planos. Considerando isso, a proposta desta pesquisa adere continuidade de pesquisas desenvolvida entre 2015 e 2017, em Rede, envolvendo quatro Universidades públicas brasileiras, coordenada pela Universidade Federal de



Uberlândia-MG, que teve como temática o CME no Brasil e a qualidade socialmente referenciada do ensino. Pautada nos temas da política educacional municipal e da gestão educacional e escolar, a investigação em proposição congrega pesquisadores da Linha de pesquisa 'Políticas e Gestão da Educação' do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD/ Grupo de Pesquisa 'Estado, Política e Gestão da Educação' (GEPGE) e a ela serão vinculados planos de pesquisa de bolsistas de iniciação científica, mestrands e doutorandos, selecionados nos anos de vigência. Pretende disponibilizar conhecimentos sobre a questão investigada à comunidade acadêmica sul-mato-grossense e brasileira, aos gestores educacionais dos municípios do MS e a instituições sul-mato-grossenses de pesquisa e de formação de profissionais da educação.

Palavras-chave: Política e gestão Educacional. Monitoramento educacional. Plano Municipal de Educação.

2 - Implementação e controle social dos PMEs: a atuação dos CMEs no Brasil

Resumo: O objetivo geral do Projeto de Pesquisa é analisar e problematizar de que forma e em que medida a atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) tem contribuído para a implementação e o controle social dos PMEs. E como objetivos específicos: (metas a serem desenvolvidas): compreender a constituição organizacional e estrutural dos conselhos; conhecer os PMEs: seus processos de elaboração e a participação da sociedade; analisar o processo de aprovação dos PMEs, as possíveis tensões e os embates; identificar as principais metas/ações definidas nos PMEs e suas implicações para a qualidade política e social da educação municipal; identificar as principais metas/ações definidas nos PMEs e suas implicações para a construção da Gestão Escolar Democrática; explicitar as ações dos CMEs e das Comissões de Assessoramento (CAs) quanto à implementação de metas de diretrizes do PME; evidenciar a relação dos CMEs e PMEs com movimentos da sociedade civil organizada, movimentos populares e ONGs; e analisar as formas de acompanhamento da implementação do PME mediante monitoramento e controle social. A problemática desta pesquisa situa-se no contexto da elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) no Brasil e a sua implementação, a partir de um ano, da promulgação da Lei n.º13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação. Segundo a referida Lei, os municípios, assim como Estados e o Distrito Federal, deverão avaliar e monitorar a implementação dos PMEs. O cumprimento desta tarefa é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. Configura-se o papel dos CMEs na implementação e na promoção do controle social dos PMEs como sendo de caráter fundamental, como instrumentos da gestão democrática da educação a legitimação de políticas educacionais sob o viés da qualidade socialmente referenciada de educação.

Palavras-chave: Política e gestão Educacional. Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação.

Andréia Vicencia Vitor Alves

1 - A Gestão Educacional nos Sistemas Municipais de Ensino sul- mato-grossenses

Resumo: Este projeto busca investigar a gestão educacional nos sistemas de ensino sul-mato-grossenses. Para tanto, tem como objetivo geral compreender como os sistemas de ensino sul-matogrossenses vêm organizando e normatizando a sua gestão educacional após 1996. Tem como objetivos específicos: Aprender a gestão



educacional na literatura educacional; Apresentar a gestão educacional no Plano Municipal de Ensino dos municípios sul-mato-grossenses e sua relação com o Plano Nacional de Educação; Analisar a gestão e o direito à educação nas instituições de educação infantil e do ensino fundamental; Compreender o papel do Conselho Municipal de Educação como mecanismos de gestão educação nos sistemas municipais de ensino; Aprender a participação do Conselho Municipal de Educação no planejamento educacional do município.

Palavras-chave: Educação básica. Política educacional. Gestão educacional.

2 - Implementação e controle social dos PMEs: a atuação dos CMEs no Brasil

Resumo: O objetivo geral do Projeto de Pesquisa é analisar e problematizar de que forma e em que medida a atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) tem contribuído para a implementação e o controle social dos PMEs. E como objetivos específicos: (metas a serem desenvolvidas): compreender a constituição organizacional e estrutural dos conselhos; conhecer os PMEs: seus processos de elaboração e a participação da sociedade; analisar o processo de aprovação dos PMEs, as possíveis tensões e os embates; identificar as principais metas/ações definidas nos PMEs e suas implicações para a qualidade política e social da educação municipal; identificar as principais metas/ações definidas nos PMEs e suas implicações para a construção da Gestão Escolar Democrática; explicitar as ações dos CMEs e das Comissões de Assessoramento (CAs) quanto à implementação de metas de diretrizes do PME; evidenciar a relação dos CMEs e PMEs com movimentos da sociedade civil organizada, movimentos populares e ONGs; e analisar as formas de acompanhamento da implementação do PME mediante monitoramento e controle social. A problemática desta pesquisa situa-se no contexto da elaboração dos Planos Municipais de Educação (PME) no Brasil e a sua implementação, a partir de um ano, da promulgação da Lei n.º13.005, de 25 de junho de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação. Segundo a referida Lei, os municípios, assim como Estados e o Distrito Federal, deverão avaliar e monitorar a implementação dos PMEs. O cumprimento desta tarefa é objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas realizadas pelo Ministério da Educação (MEC), pelas comissões de educação da Câmara e do Senado, pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Fórum Nacional de Educação. Configura-se o papel dos CMEs na implementação e na promoção do controle social dos PMEs como sendo de caráter fundamental, como instrumentos da gestão democrática da educação a legitimação de políticas educacionais sob o viés da qualidade socialmente referenciada de educação.

Palavras-chave: Política e gestão Educacional. Conselho Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação.

Fabio Perboni

1- Política Nacional de Formação de Professores: Formação Inicial e Continuada

Resumo: O presente projeto integra pesquisa coletiva desenvolvida no Âmbito do Grupo de Estudo Política Educacional e Formação de Professores (GEPPEF) e se propõe a investigar a implementação da política nacional de formação de professores, instituída a partir da Resolução CNE CP 02/2015, identificando as práticas e concepções materializadas na formação inicial em diversos cursos de



licenciatura e também da formação continuada de professores, com destaque para a atuação dos coordenadores pedagógicos nesse processo. Se propõe à identificar como os normativos nacionais sobre a temática são materializados nas instituições da educação básica e da educação superior analisando, ainda, as práticas e concepções dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Política de Formação Docente. Formação Inicial. Licenciaturas. Formação Continuada.

2 - A reforma do Ensino Médio com a Lei 13.415/2017: percursos da implementação nas redes estadual e federal de Ensino Médio de Mato Grosso do Sul

O objetivo do projeto é analisar múltiplas dimensões da Reforma do Ensino Médio aprovada por meio da lei 13.415/2017. Esta propõe nova organização para este nível de ensino, acaba com a proposição de um percurso único de formação e implementa itinerários formativos a serem oportunizados pelas redes de ensino, também altera a distribuição das carga horária na matriz curricular e determina a adoção da BNCC. Trata-se de pesquisa que se debruça sobre a regulamentação e implementação dessas medidas da referida lei nas instituições públicas estaduais de Mato Grosso do Sul – Secretaria de Educação Estadual (SED/MS), Conselho Estadual de Educação (CEE/MS) e Institutos Federais (IFs). Destaca a importância de produzir conhecimento acadêmico sobre a temática a fim de contribuir tanto para o aprofundamento de análises e reflexões sobre as políticas educacionais, abordando questões relativas à gestão dos sistemas de ensino e das instituições educacionais escolas, bem como a organização do trabalho pedagógico a partir dessas regulamentações.

Palavras-chave: Ensino Médio. Reformas Educacionais. Lei 13.415/2017. Gestão Escolar.

II- As demais disposições do Edital PROPP nº. 26/2019 permanecem inalteradas.

Dourados/MS, 23 de setembro de 2019.

Prof. Dr. Tomaz Esposito Neto

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação e Pesquisa (em exercício)